



# HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA

## DIVISAS DA MARINHA

### VALORES QUE NOS DISTINGUEM

«As marinhas pequenas também podem ser grandes: quando todas as suas actividades se enquadram numa doutrina correcta, quando a modéstia do material não significa incapacidade e quando o pessoal, sendo competente, é animado por um elevado espírito de corpo<sup>1</sup>».

**A**s três principais divisas em uso na Marinha foram todas, de certa forma, ditadas pelo poder político vigente, durante um período relativamente curto, que não chegou a cinco décadas (1863-1911). Pelo que se depreende da leitura dos diplomas que estiveram na origem da sua concessão, estas divisas visavam, sobretudo, difundir os valores tidos, à época, como patrióticos, tendo também contribuído para o fortalecimento do espírito de corpo entre os militares que, desde então, serviram na Armada. Trata-se de um legado extraordinário, que a presente conjuntura aconselha dar a conhecer e preservar, no ano em que se celebram os 150 anos da divisa mais antiga, ainda hoje patente nos navios da Marinha.

No final do século XIX a Europa ainda se encontrava varrida pelos nacionalismos, em certa medida despoletados por dois acontecimentos que, no último quartel do século anterior, tinham levado a grandes transformações políticas e sociais em ambas as costas do Atlântico Norte: a declaração de independência dos Estados Unidos da América em 1776 e, escassos treze anos volvidos, a Revolução Francesa em 1789. Os tumultuosos acontecimentos que se sucederam à Revolução Francesa, um pouco por todo o continente europeu, vieram questionar os absolutismos, abrindo caminho a outras formas de organização política, de maior pendor parlamentar, representativo e liberal. Em muitos países, acabariam por constituir a antecâmara que ditou o fim das respetivas monarquias. Mais serôdio, pincelado aqui e ali com diferentes gradações, o clima social e político que se vivia em Portugal era também

propício às mais variadas demonstrações e arremedos patrióticos, que foram conhecendo progressos esdrúxulos até à implantação da república em 1910.

Apesar das vicissitudes, de ordem vária, com que o país se viu confrontado ao longo de quase todo o século XIX, fortemente marcado pela instabilidade política, económica e social, coube ao rei D. Luís (1838-1889), por inspiração do seu Ministro da Marinha e Ultramar, a decisão de mandar colocar a primeira divisa patriótica a bordo dos navios da Armada Real, a exemplo do que sucedia noutras Marinhas naquela época. O principal objetivo visava fomentar um maior espírito de corpo entre as respetivas guarnições e contribuir para uma maior ligação à pátria, na medida em que muitos dos navios da Armada Real permaneciam, anos a fio, nas distantes colónias africanas e do longínquo

Oriente, as mais das vezes em condições extremamente penosas e sem grande vínculo ao reino, local donde emanavam as decisões políticas e económicas que era necessário implementar naqueles remotos territórios.

#### A PATRIA HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA (1863)

José da Silva Mendes Leal (1820-1886) assumiu as funções de Ministro da Marinha e Ultramar a 21 de fevereiro de 1862, que exerceu durante quase três anos, até 12 de dezembro de 1864. Do importante trabalho desenvolvido sob a sua égide, destacam-se a profunda reorganização operada no ministério por si tutelado, a reestruturação da Escola Naval e a criação do célebre Banco Nacional Ultramarino (BNU) que, apesar de ter sede em Lisboa, visava gerir, de forma integrada, todas as questões relacionadas com a política financeira e monetária das longínquas colónias ultramarinas. Considerado um dos escritores de referência do seu tempo, José da Silva Mendes Leal contava também com uma vasta obra publicada. Contudo, não foi por essa razão que alcançou o lugar proeminente que hoje ocupa na história da Marinha, mas tão-somente devido ao facto de, em 20 de março de 1863, ter assinado a portaria que determinava a colocação da divisa – A PATRIA HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA – na ponte dos navios da Armada Real:

«Manda Sua Majestade El-Rei declarar ao conselheiro inspector do arsenal da marinha, que sendo muito conveniente estimular por todos os modos os brios patrióticos e os nobres sentimentos, ha por bem ordenar que imme-



José da Silva Mendes Leal.

Foto Biblioteca Nacional de Portugal

*diatamente faça apromptar e assentar nos navios que tenham tombadilho no vau d'este, e nos outros no ponto mais visível da tolda, a seguinte inscrição em letras de metal bem visíveis = A PATRIA HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA! =. O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao citado conselheiro inspector para sua intelligencia e devidos effeitos. Paço, em 20 de março de 1863 = José da Silva Mendes Leal»<sup>2</sup>.*

Em virtude da semântica plural da palavra “contempla” – olhar com admiração; dar como prêmio ou prova de estima; tratar com benevolência – esta divisa pode, por isso, assumir diferentes leituras. Levando em conta o espírito coevo e o perfil de José da Silva Mendes Leal, consideramos, salvo melhor opinião, que terá sido a primeira que esteve na base da sua formulação.

José da Silva Mendes Leal nasceu em Lisboa a 18 de outubro de 1820, tendo-se destacado ao longo da vida em diversas áreas, designadamente, como escritor, jornalista, político e diplomata. Contra a vontade dos pais, aos 15 anos abandonava os estudos eclesiásticos no mosteiro de São Vicente de Fora, altura em que se tornou funcionário da recém-criada Biblioteca Nacional de Lisboa, começando a escrever peças de teatro e, pouco depois, comentários políticos e artigos de fundo, que tiveram enorme aceitação nas revistas *O Panorama* e *Revista Universal Lisbonense*, à época títulos de referência das elites em Portugal. Tendo-se evidenciado, desde muito novo, como escritor e dramaturgo, nesta última atividade conheceu o sucesso logo aos 19 anos, quando o teatro da rua dos Condes estreou a sua peça *Os Dois Renegados* e, no ano seguinte, uma outra, intitulada *O Homem da Máscara Negra*.

Dados os primeiros passos na vida política na década de 40, transitou para a secretaria da Câmara dos Deputados, encetando uma colaboração com diversos jornais e revistas de forte conotação partidária. Após a guerra civil da Patuleia foi chefe de redação de diversos periódicos, altura em que se aproximou do Partido Histórico. Privilegiando o ensaio e o romance histórico, em detrimento dos textos de cariz político para a imprensa, ingressou na carreira diplomática e foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, cargo que exerceria até

falecer.

Depois de cessar funções como Ministro da Marinha e Ultramar, foi por três vezes eleito deputado por Ponta



O infante D. Henrique e a sua divisa.

Delgada, antes de em 1869 assumir a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ascendeu a Par do Reino



Brasão de armas da Marinha.

em 1871, prosseguindo depois a carreira como ministro plenipotenciário, primeiro em Madrid e, posteriormente, em Paris, onde foi o comissário de Portugal

na Exposição Universal que aí se realizou em 1878. Por razões de saúde, no início de 1886 solicitava a exoneração do cargo de Embaixador de Portugal em Madrid, vindo a falecer aos 65 anos, em Sintra, a 22 de agosto desse ano.

Depois de uma vida plena, durante a qual foi agraciado com inúmeras comendas e condecorações, destacou-se como escritor de referência, jornalista, deputado (1851-1852, 1858-1862, 1864-1865 e 1868-1870), diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1857-1886), Ministro da Marinha e Ultramar (1862-1864), Presidente da Câmara dos Deputados (1869), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1869-1870), Par do Reino (1871), Ministro Plenipotenciário em Madrid (1871-1874), Ministro Plenipotenciário em Paris (1874-1881), Conselheiro de Estado (1881-1883) e Embaixador em Madrid (1883-1886), tendo legado à Marinha a divisa que ainda hoje permanece a bordo dos seus navios. Face ao exposto, considera-se que o seu nome reúne condições para ser eleito patrono de curso da Escola Naval.

Não obstante as inúmeras vicissitudes e alterações de regime que Portugal desde então conheceu, há 150 anos que o lema A PATRIA HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA subsiste a bordo dos navios da nossa Marinha. No entanto, na sequência da implantação da república em 1910, a base metálica onde se encontram as célebres palavras passou a ter as cores da bandeira nacional – o verde e o vermelho – que surgem em idênticas proporções, a exemplo do que sucede no estandarte nacional.

## TALANT DE BIEN FAIRE (1894)

Por razões meramente conjunturais, 30 anos volvidos sobre a aprovação do lema A PATRIA HONRAE QUE A PATRIA VOS CONTEMPLA, este era mandado substituir pelo rei D. Carlos I (1863-1908) que, por sinal, havia nascido no ano em que a primeira divisa fora outorgada pelo ministro José da Silva Mendes Leal. Com efeito, a 5 de julho de 1894, em razão das comemorações dos 500 anos do nascimento do infante D. Henrique (1394-1460), o rei mandava, através do Conselho do Almirantado, publicar em Ordem da Armada o seguinte:



«*Considerando do maior interesse moral que a marinha de guerra portuguesa tenha sempre ante os olhos uma legenda breve e incisiva, que lhe estimule os brios e avive as recordações de um passado glorioso, impondo-se pela sua alta significação histórica ao respeito de nacionais e estrangeiros; Reconhecendo-se que nenhuma outra corresponde a esse carácter sugestivo e tradicional melhor do que a divisa adoptada pelo Infante D. Henrique, iniciador da nossa brilhante epopêia; Sua Magestade El-Rei, desejando consagrar perenemente a recordação do quinto centenário do grande Infante com tanto esplendor celebrado há pouco tempo pela cidade do Porto e pelo paiz inteiro, e aprazendo-lhe dar um novo testemunho de consideração pela marinha portuguesa, representante e leal depositaria das mais eminentes tradições da história patria:*

*Manda, pelo conselho do almirantado, que o lemma até hoje adoptado nos nossos navios de guerra seja substituído pelas palavras Talant de bien faire, que ficará d'ora avante sendo a divisa da marinha de guerra portuguesa devendo essa divisa ser inscrita, em todos os seus navios em lugar de honra e bem visível sobre a tolda e figurar, segundo a forma devidamente regulamentada, nos brasões, emblemas, monografias e timbres da marinha de guerra».*

Ativado em 1892, em grande medida por naquela época se considerar que a direcção superior da Armada Real deveria estar a cargo de um órgão colegial, o Conselho do Almirantado era presidido pelo próprio Ministro da Marinha, enquanto a estrutura administrativa do respectivo gabinete era composta por dois oficiais generais, além de um capitão-de-mar-e-guerra que exercia as funções de secretário. O mais antigo dos oficiais generais era, por inerência, o vice-presidente. Na sua dependência funcionavam sete repartições, organizadas com base no modelo napoleónico. De acordo com o respectivo regimento, o Conselho do Almirantado tinha por finalidade «*dirigir superiormente todos os serviços da armada exercendo as funções de comando em chefe, e as de administração e fiscalização, em tudo o que diz respeito à marinha de guerra e suas dependências*».

Face às naturais dificuldades geradas por este modelo de índole colegial, o Conselho do Almirantado foi formalmente extinto em 21 de dezembro de 1897. Só voltaria a ser ativado em

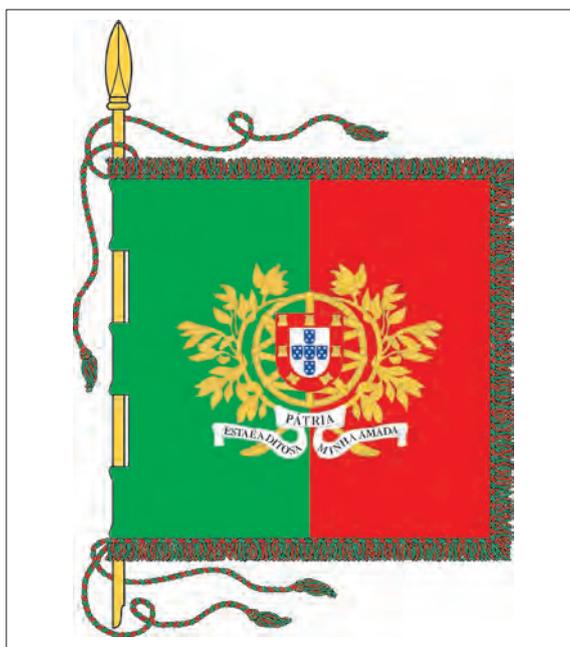
1994, agora noutros moldes, como órgão de conselho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

Ditosamente – podemos hoje afirmar – naquela altura não foi publicado qualquer diploma com vista a conferir



Brasão de armas da Escola Naval.

carácter legal à proposta de alteração da divisa, o qual teria forçosamente que revogar a portaria de 1863. Talvez por isso, a célebre divisa nascida do espírito do Ministro da Marinha José da Silva Mendes Leal continua presente e bem



Estandarte Nacional.

visível a bordo dos navios da Marinha Portuguesa, exortando todos os que nelles se encontram embarcados a honrar o compromisso que, sob juramento solene, assumiram para com a pátria.

No entanto, se atentarmos bem, apenas a primeira parte da decisão do rei

D. Carlos I, secundada pelo Conselho do Almirantado, e que visava substituir a divisa existente a bordo dos navios da Armada Real, não teve, felizmente, qualquer consequência. Por conseguinte, o novo lema – TALANT DE BIEN FAIRE – tornar-se-ia, de facto, a divisa da Marinha, passando a sublinhar, «os brasões, emblemas, monografias e timbres da marinha de guerra», conforme consta no brasão de armas da Marinha e respectivo estandarte heráldico.

Sendo a Escola Naval o local onde, por excelência, tem lugar a formação dos futuros oficiais e o lugar onde se cultivam, com maior denodo, os valores, os princípios e as tradições que norteiam a nossa Marinha, é com toda a propriedade que a divisa TALANT DE BIEN FAIRE sublinha o respectivo brasão de armas, constituindo motivo para que, no seu íntimo, os cadetes desenvolvam o desejo, a vontade e o esforço pessoal de perfeição e de bem-fazer, que eram apanágio do infante D. Henrique.

## ESTA É A DITOSA PÁTRIA MINHA AMADA (1911)

A terceira e mais recente divisa em uso na Marinha – ESTA É A DITOSA PÁTRIA MINHA AMADA – foi aprovada pelo decreto n.º 150 da Assembleia Nacional Constituinte, de 30 de junho de 1911, na sequência da implantação da república no ano transato, diploma que estabeleceu a bandeira e o estandarte nacional, cujo artigo 3.º define que:

«*As bandeiras das diferentes unidades militares serão talhadas de seda, a esfera armilar, em ouro, será rodeada por duas vergõntes de loureiro, também em ouro, cujas hastes se cruzam na parte inferior da esfera, ligadas por um lanço branco, onde, como legenda imortal, se inscreverá o verso camoniano: Esta é a ditosa pátria minha amada*».

Estabelecida em 1911, a divisa que se encontra presente nos estandartes nacionais dos três ramos das Forças Armadas é um verso do canto III de *Os Lusíadas*, através do qual Luís de Camões (c. 1525-c. 1580) coloca Vasco da Gama (c. 1469-1524) a descrever ao rei de Melinde a relevância da posição geoestratégica de Portugal face aos demais reinos europeus:

Des. José Cabrita

Des. José Cabrita

*Eis aqui, quase cume da cabeça da Europa toda, o Reino Lusitano, onde a terra se acaba e o Mar começa e onde Febo repousa no Oceano. este quis o Céu justo que florea nas armas contra o torpe Mauritano, deitando-se de si fora; e lá na ardente África estar quieto o não consente.*

*Esta é a ditosa pátria minha amada, à qual se o Céu me dá que eu sem perigo torne, com empresa já acabada, acabe-se esta luz ali comigo. Esta foi Lusitânia, derivada de Luso ou Lisa, que de Baco antigo filhos foram, parece, ou companheiros, e nela então os íncolas primeiros.*

Muito embora a evolução dos acontecimentos tenha posto termo à monarquia em Portugal, apaz-nos registar o facto de a república ter mantido as divisas anteriormente atribuídas à Marinha Real pelos reis D. Luís e D. Carlos I, às quais acrescentou ainda uma terceira, que desde então figura nos estandartes nacionais das Forças Armadas. Talvez devido ao pendor eminentemente patriótico das três divisas em uso na Marinha, estas também resistiram à alteração de regime resultante da *Revolução de Abril* em 1974.

Sem disso darmos conta, quando percorrermos, por ordem cronológica, as divisas em uso na Marinha, caminhamos do particular para o geral. A mais antiga – A PÁTRIA HONRAE QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA – que no passado dia 20 de março cumpriu 150 anos, é, sobretudo, a divisa dos navios da Marinha. A segunda – TALANT DE BIEN FAIRE – entrou em vigor em 1894 e celebra 120 anos a 5 de julho do próximo ano. É, formalmente, a divisa de toda a Marinha, que pelo seu significado foi em boa hora adotada pela Escola Naval. E, por fim, a mais recente – ESTA É A DITOSA PÁTRIA MINHA AMADA – que a 30 de junho 2011 cumpriu o seu centenário, tendo sido escolhida pela Assembleia Nacional Constituinte para conferir cunho patriótico aos estandartes nacionais das Forças Armadas.

A concluir, relembramos que, além de outros relevantes símbolos e tradições, o NRP *Sagres* é, presentemente, o único navio onde se encontram patentes as três divisas: a primeira, nas rodas do leme; a segunda, a estibordo a ré da figura de proa; e a terceira, no respetivo Estandarte Nacional. Além de repositório dos mais relevantes princípios, valores e tradi-

ções que nos enformam, importa realçar que o navio-escola *Sagres* constitui igualmente um dos derradeiros elos nas últimas décadas não quebrados entre Portugal e a sua vocação marítima, apenas possível graças à visão estraté-

nacionais e vigiando a fronteira ocidental da Europa.

O navio-escola *Sagres* é ainda o único navio da Marinha que cumpre estritamente com o estipulado na portaria de 1863 que, recordamos, mandava colocar a divisa A PÁTRIA HONRAE QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA no tombadilho. Face à inexistência de castelo de popa, que é uma característica de alguns veleiros, nos restantes navios aquela inscrição encontra-se aplicada na superestrutura da ponte, cuja visibilidade é francamente menor, nomeadamente para os elementos que integram as respetivas guarnições.

Em virtude de, no átrio da Escola Naval, os cadetes se depararem, diariamente, com a célebre divisa – TALANT DE BIEN FAIRE – que os exorta a um esforço pessoal no sentido de buscarem a perfeição através do estudo, da entrega e da sua ação, entendemos que aquele lema deveria estar igualmente patente, em local bem visível, a bordo do NRP *Sagres*, na medida em que o embarque naquele navio constitui um elemento fundamental para a formação dos futuros oficiais da Marinha. Cumprir-se-ia, assim, com o deliberado pelo Conselho do Almirantado em 1894.



Fotos CFR António Gonçalves



As divisas da Marinha no NRP *Sagres*.



O busto e a divisa do infante no átrio da Escola Naval.

gica daqueles que, neste período, conduziram os destinos da Marinha. Numa época em que tanto se fala da necessidade e da importância de Portugal “regressar ao mar”, convém recordar que a Marinha sempre aí esteve, resiliente, de corpo e alma, salvaguardando os interesses e os recursos estratégicos

António Manuel Gonçalves  
CFR  
Membro do CINAV

Texto adaptado da conferência proferida a bordo do NRP *Sagres* a 22 de maio, por ocasião das comemorações do Dia da Marinha.

#### Agradecimento:

Sendo este o derradeiro número da revista dirigido pelo senhor Contra-almirante Luís Augusto Roque Martins, aproveitamos o ensejo para publicamente agradecer as reiteradas palavras de incentivo à nossa colaboração com a *Revista da Armada*, que desde 2005 se traduziu em mais de uma centena de artigos, em cerca de 250 páginas. As divisas abordadas neste artigo traduzem fielmente o espírito com que, durante quinze anos, dirigiu a *Revista da Armada*.

#### Notas:

<sup>1</sup> *Contra-almirante Manuel Pereira Crespo, Subsídios para uma Estratégia Naval, Separata dos Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, 1954, p. 118.*

<sup>2</sup> *São nossos todos os sublinhados.*